



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
1ª GERENCIA REGIONAL DE ENSINO  
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL FRANCISCO CAMPOS  
R. BOURGUEVILLE, S/N, ANATÓLIA – JOÃO PESSOA/PB  
F. (83) 3235.8263 / 3235.3447

PROJETO EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: POR UMA SOCIEDADE  
NÃO-DISCRIMINATÓRIA

3º BIMESTRE/2012

O grande desafio é levar para a escola uma compreensão de que os Direitos Humanos são universais, portanto todos/as – idosos/as, crianças, mulheres e homens – são sujeitos de direitos e, portanto, a população LGBT não pode ser excluída da escola.”

(REIDEL, 2012)

## SUMÁRIO

1. Apresentação.....	02
2. Situação problema.....	02
3. Justificativa.....	03
4. Objetivos.....	05
5. Conteúdos sugeridos.....	06
6. Estratégias.....	07
7. Abrangência.....	08
8. Recursos.....	08
9. Cronograma.....	08
10. Culminância.....	08
11. Avaliação.....	09
12. Referências.....	10
13. Anexo 1 – Estatísticas do ódio.....	11
14. Anexo 2 – Relação dos Atletas Olímpicos (Londres/2012) LGBT.....	13
15. Anexo 3 – Relação do Conteúdo do CD com o Referencial.....	14

## 1. APRESENTAÇÃO

O “Projeto Educação Para Diversidade Sexual: Por uma sociedade não-discriminatória” é parte integrante do Projeto de Educação em Direitos Humanos desenvolvido durante todo o ano letivo de 2012 na Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campos. Trata-se de um projeto que pretende combater o estigma e a discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero, contribuindo para a formação de cidadãos que respeitem e valorizem os direitos humanos da população LGBT. A temática abordada é fruto de discussões e decisões tomadas nas reuniões pedagógicas de planejamento feitas com a equipe de professores e a equipe gestora da escola.

Nessas reuniões ficou evidente a necessidade da escola ser um espaço de diálogo e enfrentamento aos preconceitos e discriminações sofridas pela população LGBT, tendo em vista que, vivemos em uma sociedade sexista e isso reflete e interfere diretamente no ambiente escolar.

Este projeto deve se desenvolver numa perspectiva de abordagem transversal: se inserindo de forma sistemática nos conteúdos programáticos desenvolvidos permanentemente e de forma particular e mais atenta no lapso temporal destinado ao terceiro bimestre do ano letivo de 2012, de forma que cada um de nós – e nossos estudantes em especial – possa inculcar valores e conceitos inerentes à dignidade e respeito a todo ser humano, e, aqui, especificamente a população LGBT.

## 2. SITUAÇÃO PROBLEMA

Analisando o cotidiano escolar, observamos que, de modo insistente e banalizado, ocorre entre os alunos insultos e ofensas, de forma direta e/ou indireta, contra estudantes identificados, ainda que supostamente, como pertencentes à população LGBT, dificultando a convivência pacífica, o rendimento escolar e prejudicando a autoestima e autoimagem destes. Assim, pretendemos provocar as seguintes reflexões: Até que ponto a escola tem contribuído para reprodução de uma cultura sexista e homofóbica? Como o ambiente escolar pode contribuir para a superação de preconceitos pessoais em relação à população LGBT? Como a escola pode contribuir para a efetivação dos direitos humanos e a compreensão de que eles são universais, portanto, incluem a população LGBT?



### 3. JUSTIFICATIVA

Vivemos em sociedade plural, formada por pessoas de diversas crenças, raças, classes sociais, etc., e, mais que isso cada um de nós tem seu jeito de próprio de sentir, agir, se expressar, etc. Essas singularidades e diversidades se expressam em todas as nuances da vida humana, e, na vida afetivo-sexual não poderia ser diferente. O Brasil é reconhecidamente rico quanto a diversidade de povos e costumes, apesar disso, muitos de nós ainda não se acostumaram a conviver pacificamente com o outro, com o diferente.

A esse respeito, diversos documentos legais tentam assegurar direitos e garantias inerentes a todo cidadão, sem qualquer distinção. No cenário internacional, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu Art. 1º já expressa que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

Na legislação pátria, a CF/1988 em seu art. 5º garante que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

A despeito do que a lei assegura, convivemos diariamente com cenas de violação e desrespeito aos direitos e a dignidade da pessoa humana. Os grupos minoritários são sempre os mais vulneráveis e os que mais sofrem com discriminação e preconceitos.

A discriminação das pessoas em função de suas diferenças é uma realidade. Em vez de respeitar a diferença como um dos valores de maior prestígio para a humanidade, muitas pessoas consideram o modelo que adotam como melhor e superior aos demais. Atribuem características negativas a determinados padrões de diversidade e significados sociais negativos às pessoas e aos grupos que os detêm. Os significados sociais negativos atribuídos a essas características são utilizados para justificar o tratamento desigual. Essas pessoas têm muita dificuldade em conviver democrática e respeitosamente com a diversidade e de reconhecer que quem é diferente tem os mesmos direitos e deveres, na vida pessoal e em coletividade.

Segundo nossa legislação educacional é função da educação (escola, família e Estado) o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para que se atinja o pleno desenvolvimento de crianças e jovens é necessário um ambiente escolar colaborativo e respeitoso. No entanto, nem sempre isso tem sido possível. Uma população que historicamente tem sofrido atos discriminatórios e preconceituosos é a LGBT, muitas pesquisas ou mesmo uma observação atenta dos ambientes coletivos das escolas evidenciam a exclusão ou desrespeitos sofridos por esses grupos.

Apesar do ambiente escolar frequentemente se mostrar um reprodutor de crueldades e violência com as pessoas de orientação sexual diversa do modelo heteronormativo, os educadores normalmente demonstram certa tolerância em relação as humilhações ou provocações sofridas por gays, lésbicas, bissexuais e travestis. A esse respeito Cláudia Regina Ribeiro em artigo intitulado “Gênero e sexualidade na escola: relato de uma educadora, afirma:

Durante o desenvolvimento do Projeto “Um olhar sobre a AIDS”, testemunhei a preocupação dos professores cada vez que uma aluna se revelava grávida. Mas, quando se tratava de discriminação sexual- sexismo ou homofobia - tratavam o fato como normal. Bastava “ralhar” com o(s) agressor(es), mandá-lo(s) parar com a chacota, que tudo ficava bem, “cumpriram seu dever”. E, apesar de nos últimos anos a luta contra a discriminação aos/às homossexuais ter ganhado adeptos em vários segmentos, nos pátios e salas de aula ela ainda é bastante forte.  
(RIBEIRO, 2008)

Esse tipo de violência praticada dentro dos espaços escolares tem sido preocupação frequente nas discussões sobre o assunto. No Boletim 4, de 2011, Educação e Diversidade Sexual, da TV Escola, o Texto 2, traz:

Sem dúvida, a população LGBT, e especificamente aqueles que trazem de maneiras explícitas em seus corpos o pertencimento a essa população têm sido historicamente alvos da crueldade e da violência na comunidade escolar. Para isso, é necessário especificar dentro dos Direitos Humanos a violência social e institucional praticada contra os direitos humanos LGBT. Especificar essa questão é questionar como travestis, gays e lésbicas são humilhados e constrangidos sem que os agentes desses atos reconheçam essa situação. (TORRES, 2011)

Diante do exposto, à escola cabe o compromisso de assumir seu papel de formação de cidadãos e propulsora de transformações sociais. Assim, desenvolvemos esse projeto no intuito de, enquanto educadores, repensarmos nossas posturas em relação a atitudes sexista e homofóbicas reproduzidas pelo outro ou por nós mesmos, de forma consciente ou não, explícita ou velada, abrindo espaços para estudos e debates sobre o tema, conduzindo nossos aprendentes a reflexão e respeito ao outro, sem qualquer distinção, contribuindo para a eliminação do estigma e da discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero.

## 4. OBJETIVOS

### 4.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para eliminação do estigma e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero, consolidando no espaço escolar – e, em consequência na sociedade – um ambiente de respeito aos Direitos Humanos e o reconhecimento da população LGBT como sujeitos desses direitos.

### 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Reconhecer o espaço escolar como ambiente propício ao enfrentamento ou à perpetuação de preconceitos e discriminações;
- Contribuir para a superação de preconceitos pessoais, entendendo que as relações sociais desenvolvidas na escola são construídas pela interação de todos/as que nela atuam;
- Incentivar posturas e iniciativas pessoais que visem à superação do preconceito e discriminação da população LGBT na escola;
- Favorecer o diálogo e a reflexão sobre a diversidade sexual, levando a compreensão de que todos/as devem ser respeitados/as, independente da orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- Sensibilizar e mobilizar a comunidade escolar (docentes, discentes, gestores e pessoal de apoio) para a discussão e ampliação da visibilidade das sexualidades humanas no espaço escolar;
- Fortalecer a autoestima e a autoimagem de todos/as independente da orientação sexual ou identidade de gênero;
- Promover a reflexão sobre comportamentos e sentimentos ligados a descobertas que envolvem corpo e sexualidade, pautados no diálogo respeitoso;
- Contribuir para a superação da ideia de que a população LGBT se constitui grupo de risco em relação às DSTs/AIDS.



## 5. CONTEÚDOS SUGERIDOS

Os conteúdos abordados devem respeitar a idade e o nível de desenvolvimento de cada turma, devendo partir sempre na própria curiosidade do aluno sobre o tema, seus interesses e possibilidades de compreensão. A título de sugestão listamos algumas possibilidades:

- Português: ampliação do vocabulário, trabalhando, a partir de textos de reportagens em jornais ou revistas, os conceitos de homossexualidade, heterossexualidade, orientação sexual, identidade de gênero, transexual, travestis, gay, lésbica, lesbofobia, homofobia. Tendo como referencia na construção desses conceitos os documentos citados na bibliografia.
- Artes: vida e obra de artistas LGBT das diferentes expressões artísticas.
- Matemática: pesquisas e levantamento de dados sobre a população LGBT (população, famílias, renda, adoção, etc., que podem ser conseguidos no site do IBGE) e sobre violência praticadas contra LGBT no cenário mundial, nacional ou regional.
- Ciência: Corpo: matriz da sexualidade; Relação de gênero; prevenção a doenças sexualmente transmissíveis.
- História: Cidadania: evolução do conceito e das lutas sociais por mudanças na vida cotidiana e na qualidade de vida, abordando movimentos, lutas e conquistas LGBT; A heteronormatividade e homofobia como construção social.
- Geografia: cidadania, formação socioespaciais e modo de vida da sociedade brasileira. Aproveitando para abordar, através de dados estatísticos e da localização em mapa, por exemplo, os casos de violência contra LGBT e promovendo discussão sobre onde se assentam as raízes do preconceito, analisando onde mais ocorrem e as características social-culturais do lugar que podem estar ligadas ao fato.
- Educação Física: Expressão corporal. Utilizar danças, jogos e esportes que são frequentemente ligados a “coisa de homem” ou “coisa de mulher” e estimular os alunos a comparar o desenvolvimento de atletas no momento em que surgiram essas atividades e na atualidade. Pode-se atuar concretamente contra o preconceito expresso na falsa ideia de que homem não dança, ou não dança balé, cultivando as possibilidades de expressão masculina nas atividades rítmicas e expressivas. Ou a habilidade das mulheres no futebol. Propor pesquisa sobre alguns desportistas para desfazer a ideia de que a atividade está ligada a orientação sexual.

- Inglês: Tradução e estudo de texto. Podem ser utilizadas notícias sobre o tema ou músicas, como por exemplo, I am what I am, de Glória Gaynor. Pesquisa sobre vida e carreira de personalidades internacionais que atuaram contra a discriminação e o preconceito e assumiram sua orientação sexual, como George Michael, Elton John, Freddie Mercury, RuPaul, KD Lang e Boy George.
- Ensino Religioso: Dignidade do ser humano, explorando os direitos individuais e sociais assegurados na Constituição Federal. Refletindo se são acessíveis a todos independente de orientação sexual ou identidade de gênero.

## 6. ESTRATÉGIAS

Este projeto se desenvolverá obedecendo as seguintes etapas:

1. Distribuição e leitura do material de fundamentação teórica (Revisão bibliográfica) constante no CD entregue a todos os professores (lista do conteúdo do CD no anexo 2);
2. Palestras sobre sexualidade com a equipe do PSF ao qual a escola está vinculada pelo Programa Saúde na Escola.
3. reunião de planejamento das atividades que serão desenvolvidas em cada série (séries iniciais do EF) e disciplinas (séries finais do EF) abordando a temática;
4. apresentação das propostas pedagógicas de cada série e/ou disciplina, para que sejam anexadas a este projeto;
5. execução das atividades planejadas em cada série e/ou disciplina;
6. Colocação de uma urna para que os aprendentes coloquem suas dúvidas e/ou curiosidades sobre a temática.
7. Fichas de acompanhamento das atividades, a fim de verificarmos as falhas e os pontos positivos de cada etapa
8. Avaliação das atividades, por meio das observações, depoimentos e fichas.
9. Exposição das atividades desenvolvidas, e roda de conversa com representantes da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana.

Como parte integrante do Projeto de Educação em Direitos Humanos este subprojeto deve se alinhar àquele e priorizar as diversas formas de expressões artísticas, como forma de despertar maior identificação e sensibilização dos educandos aos temas abordados e difundí-



los como valores culturais. Assim, serão utilizadas nas atividades desenvolvidas em cada série e/ou disciplina, além das exposições dialogadas, rodas de conversas e pesquisas:

- Músicas;
- Danças;
- Teatro;
- Exposições;
- Fotografias;
- Poesias;
- Cordel;
- Filmes;
- Oficinas de artes manuais;
- etc.

## 7. ABRANGÊNCIA

Este projeto tem como público-alvo as séries iniciais e finais do ensino fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Campo. Deve envolver alunos, pais, professores, equipe gestora e demais funcionários.

## 8. RECURSOS

Materiais permanentes e de expediente já existentes na escola, como: quadro, caneta para quadro branco, TV, aparelho de DVD, data show, computador, DVDs de filmes, CDs de músicas, câmera fotográfica, canetas, revistas, lápis de pintar, cola, cola colorida, cartolinas, papel A4, e outros.

## 9. PARCEIROS

Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana

## 10. CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO						
ETAPA	2012					
	Jul	Ago		Set		Out
	2 <sup>a</sup> quinzena	1 <sup>a</sup> quinzena	2 <sup>a</sup> quinzena	1 <sup>a</sup> quinzena	2 <sup>a</sup> quinzena	1 <sup>a</sup> quinzena
Revisão bibliográfica	X					
Planejamento		X		X		X
Apresentação das propostas		X		X		
Execução das atividades		X	X	X	X	X
Exposição de urna p/ q/ os estudantes depositem dúvidas e curiosidades sobre o tema		X	X	X	X	X
Avaliação		X	X	X	X	X
Culminância						X

## 11. CULMINÂNCIA

A culminância dos trabalhos acontecerá na segunda semana de outubro (final do terceiro semestre), em data ainda a ser definida. No dia da culminância promoveremos uma roda de conversa mediada por representantes da Secretaria de Estado da Mulher e do Desenvolvimento Humano, a fim de eliminar todas as dúvidas que foram depositadas na urna pelos aprendentes. Neste dia, também, haverá uma exposição das atividades desenvolvidas, aberta a toda a comunidade escolar. Aos pais e responsáveis serão enviados convites para a culminância. Da mesma forma, serão convidados integrantes do Núcleo de Apoio pedagógico (NUAP) da 1ª GRE.

## 12. AVALIAÇÃO

A avaliação se dará de forma contínua por todos os envolvidos, registrando-se depoimentos para um melhor acompanhamento dos objetivos pretendidos.

Os aprendentes serão avaliados por seu engajamentos nas atividades, contribuições positivas e interação com os colegas, durante todo o desenvolvimento do projeto. Devendo, ainda lhes ser proposta uma autoavaliação escrita. Bem como, lhes proporcionar momentos de avaliação coletiva (por turmas) das atividades desenvolvidas. Os responsáveis pelo projeto poderão desenvolver outros meios de avaliação e monitoramento das atividades, após os professores definirem as atividades que serão realizadas em suas disciplinas.

## 12. REFERENCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 24/jul/2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. *Diversidades Sexuais*. Adolescentes e Jovens Para a Educação Entre Pares. Saúde e Prevenção nas Escolas. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia\\_diversidades.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/guia_diversidades.pdf)> Acesso em: 23/Jul/2012.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)> Acesso em 23/Jul/2012.

<http://serfelizeserlivre.blogspot.com.br/2011/03/orientacao-sexual-e-direitos-humanos.html>

[http://www.fafich.ufmg.br/educacaoemhomofobia/TextosSite/Presenca\\_Pedagogica%20Educacao\\_sem\\_Homofobia.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/educacaoemhomofobia/TextosSite/Presenca_Pedagogica%20Educacao_sem_Homofobia.pdf)

[http://www.educared.org/educa/index.cfm?pg=oassuntoe.interna&id\\_tema=8&id\\_subtema=6&cd\\_area\\_atv=1](http://www.educared.org/educa/index.cfm?pg=oassuntoe.interna&id_tema=8&id_subtema=6&cd_area_atv=1)

<http://www.ecos.org.br>

<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/suavoz/0122.html>

<http://www.ggb.org.br/>

<http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/importante-falar-sexo-escolas-629611.shtml>

<http://www.infojovem.org.br/infopedia/tematicas/diversidade/orientacao-sexual/>



## ANEXO 1 – ESTATÍSTICAS DO ÓDIO

### GGB DIVULGA RELATÓRIO DE HOMOSSEXUAIS MORTOS NO BRASIL EM 2011

O Grupo Gay da Bahia (GGB), divulga mais um Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais de 2011. Foram documentados 266 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil no ano passado, 6 a mais que em 2010, um aumento 118% nos últimos seis anos (122 em 2007). Os gays lideram os "homocídios": 162 (60%), seguidos de 98 travestis (37%) e 7 lésbicas (3%). O Brasil confirma sua posição em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções de todo mundo. Nos Estados Unidos, com 100 milhões a mais de habitantes que nosso país, foram registrados 9 assassinatos de travestis em 2011, enquanto no Brasil, foram executados 98 "trans". O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 800% maior que nos Estados Unidos. Neste ano o GGB outorgou o troféu Pau de Sebo à Presidenta Dilma na condição de principal inimiga dos homossexuais do Brasil, pela proibição do kit antihomofobia e do filme de prevenção da Aids para gays no carnaval e pelo fracasso de suas políticas públicas de erradicação dos crimes homofóbicos no país.

O Grupo Gay da Bahia, que há mais três décadas coleta informações sobre homofobia no Brasil denuncia a irresponsabilidade dos governos federal e estadual em garantir a segurança da comunidade LGBT: a cada 33 horas um homossexual brasileiro foi barbaramente assassinado em 2011, vítima da homofobia. Nunca antes na história desse país foram assassinados e cometidos tantos crimes homofóbicos.

A Bahia pelo sexto ano consecutivo lidera essa lista macabra: 28 homicídios, seguida de Pernambuco (25), São Paulo (24), Paraíba, Alagoas e Minas Gerais com 21 casos cada e Rio de Janeiro, 20. Roraima e Acre não registraram nenhum "homocídio", e Distrito Federal e Amapá apenas 1. Proporcionalmente ao número total de habitantes, os estados mais homofóbicos são Alagoas e Paraíba, cuja população conjunta representa 3,6% dos brasileiros e não obstante concentraram 16% destes crimes. O total de mortes registradas nestes dois estados nordestinos (42), é 60% superior a todos os estados da região Norte (27). Rondônia e Tocantins igualmente estão entre os estados mais perigosos: representando apenas 2% da população nacional, aí foram assassinados 5% de lgbt em 2011. O Presidente do Grupo Gay da Bahia, Marcelo Cerqueira lamenta: "Logo a Bahia, terra da felicidade e alegria, com sua parada de quase um milhão de participantes, lidera mais este ano o ranking da homofobia! Triste Bahia que mesmo tendo duas transexuais ocupando cargos públicos – a vereadora Leocrete e Coordenadora LGBT da Secretaria de Direitos Humanos, Paulette Furacão, não consegue erradicar crimes tão hediondos!". O Nordeste confirma mais esse ano ser a região mais homofóbica do país: abrigando 30% da população brasileira, registrou 46% dos LGBT assassinados. 34% dos "homocídios" ocorreram no Sudeste/Sul, embora abrigando mais da metade de nossa população (54%). Norte/Centro-Oeste, com 16% de nosso contingente demográfico, concentraram 19% dos assassinatos.

Segundo o responsável por este Relatório, o Prof. Luiz Mott, antropólogo da Universidade Federal da Bahia e fundador do GGB, "a subnotificação destes crimes é notória, indicando que tais números representam apenas a ponta de um iceberg de crueldade e sangue. Como o Governo Federal se recusa construir um banco de dados sobre crimes de ódio contra

homossexuais, baseamos tal relatório em notícias de jornal e internet, que com certeza está longe de cobrir a totalidade desses sinistros".

Quanto a idade, 4% das vítimas tinham menos de 18 anos ao serem assassinados, sendo o mais jovem um estudante gay paulista de 14 anos. 46% dos lgbt mortos tinham menos de 30 anos e 11% mais de 50. A faixa etária que apresenta maior risco de assassinato, 55%, situa-se entre 20-40 anos. A vítima mais velha tinha 73 anos, um idoso de Salvador cuja família não permitiu a divulgação de seu nome nos jornais.

Os homossexuais assassinados exerciam 48 diferentes profissões, confirmando a presença do "amor que não ousava dizer o nome" em todas ocupações e estratos sociais. Predominam as travestis profissionais do sexo, 72 das vítimas (45%), seguidas de 11 estudantes, 8 cabeleireiros, 7 funcionários públicos, 5 policiais, 3 padres e dois pais de santo.

Quanto à causa mortis, repete-se a mesma tendência dos anos anteriores, confirmando pela violência extremada, tratar-se efetivamente de crimes de ódio: 70 dos assassinatos foram praticados com arma de fogo, 67 com arma branca (faca, foice, machado, tesoura), 56 espancamentos (paulada, pedrada, marretada), 8 enforcamentos. Constatam ainda afogamentos, atropelamentos, carbonização, degolamentos, empalamentos e violência sexual, asfixiamentos, tortura. Nove das vítimas levaram mais de 10 facadas e três mais de 10 tiros. A travesti Idete, 24 anos, de Campina Grande, Pb, teve sua execução filmada e divulgada na internet, levando 32 facadas; o cantor gay Omar Faria, de Paraitins, (AM) 65 anos, foi morto com 27 facadas dentro de sua casa. Crimes de ódio!

Seriam todos esses 266 assassinatos crimes homofóbicos? O Prof. Luiz Mott é categórico: "99% destes homicídios contra gays têm como motivo seja a homofobia individual, quando o assassino tem mal resolvida sua própria sexualidade; seja a homofobia cultural, que expulsa as travestis para as margens da sociedade onde a violência é mais endêmica; seja a homofobia institucional, quando o Governo não garante a segurança dos espaços freqüentados pela comunidade lgbt." E acrescenta: "quando o Movimento Negro ou Feminista divulga suas estatísticas, não se questiona se o motivo das mortes foi racismo ou machismo, porque exigir só do movimento LGBT atestado de ódio nestes crimes hediondos? Ser travesti já é um agravante de periculosidade dentro da ótica machista!"

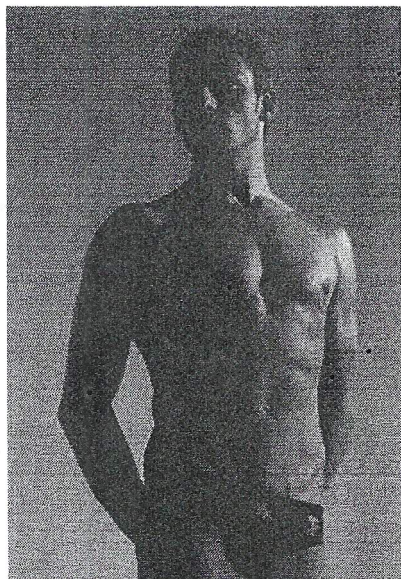
O Grupo Gay da Bahia (GGB) disponibiliza em seu site WWW.GGB.ORG.BR as tabelas em que se baseia este relatório anual assim como o manual "Gay vivo não dorme com o inimigo" como estratégia para erradicar esse "homocausto".

Para o Presidente do GGB, Marcelo Cerqueira, "há três soluções contra os crimes homofóbicos: ensinar à população a respeitar os direitos humanos dos homossexuais através de leis afirmativas da cidadania LGBT; exigir que a Polícia e Justiça punam com toda severidade a homofobia e sobretudo, que os próprios gays e travestis evitem situações de risco, não levando desconhecidos para casa, evitando transar com marginais. A certeza da impunidade e o estereótipo do gay como fraco, indefeso, estimulam a ação dos assassinos."

Neste ano o GGB outorgou o troféu Pau de Sebo à Presidenta Dilma por suas declarações equivocadas sobre homossexualidade e pelo veto ao kit antihomofobia e cancelamento da exibição do filme de prevenção da Aids pra homossexuais no Carnaval. Somente nesses três primeiros meses de 2012 já foram documentados 104 homicídios contra homossexuais, quase o dobro do ano passado, uma morte a cada 21hs!



## ANEXO 2 – RELAÇÃO DOS ATLETAS OLÍMPICOS LGBT ASSUMIDOS



Entre gays e lésbicas, jogos olímpicos de Londres terão 20 atletas assumidos; confira a lista!

Por João Marinho / Fotos: Reprodução em 20/07/2012 às 17h11

Vinte. Esse é número de atletas gays e lésbicas assumidos que competirão nos Jogos Olímpicos de Londres, que começam na próxima sexta-feira, dia 27. A contagem foi feita pelo site OutSports.com. Apenas três são homens: Matthew Mitcham (foto), Carl Hester e Edward Gal.

O número ainda é muito baixo, sobretudo levando em conta a quantidade de atletas presentes nos jogos, mas é superior ao verificado nas Olimpíadas de Atenas (onze) e Pequim (dez).

Além dos 20 atletas olímpicos, há dois paraolímpicos e mais duas técnicas. Confira a lista abaixo.

### Atletas:

- Matthew Mitcham (Austrália, saltos ornamentais)
- Edward Gal (Holanda, hipismo)
- Lisa Raymond (EUA, tênis de duplas)
- Judith Arndt (Alemanha, ciclismo)
- Seimone Augustus (EUA, basquete)
- Imke Duplitzer (Alemanha, esgrima)
- Megan Rapinoe (EUA, futebol)
- Marilyn Agliotti (Holanda, hóquei sobre a grama)
- Carl Hester (Reino Unido, hipismo)
- Carlien Dirkse van den Heuvel (Holanda, hóquei sobre a grama)
- Mayssa Pessoa (Brasil, handebol)
- Rikke Skov (Dinamarca, handebol)
- Maartje Paumen (Holanda, hóquei sobre a grama)
- Natalie Cook (Austrália, vôlei de praia)
- Alexandra Lacrabère (França, handebol)
- Jessica Landström (Suécia, futebol)
- Hedvig Lindahl (Suécia, futebol)
- Lisa Dahlkvist (Suécia, futebol)
- Carole Péon (França, triatlo)
- Jessica Harrison (França, triatlo): Carole e Jessica são namoradas.

### Técnicas:

- Pia Sundhage (EUA, futebol)
- Hope Powell (Reino Unido, futebol)

### Paraolímpicos:

- Lee Pearson (Reino Unido, hipismo)
- Claire Harvey (Reino Unido, vôlei)

Fonte: <http://acapa.virgula.uol.com.br/lifestyle/entre-gays-e-lesbicas-jogos-olimpicos-de-londres-terao-20-atletas-assumidos-confira-a-lista!/1/16/20203>. Acesso em: 25/jul/2012.

### ANEXO 3 – RELAÇÃO DO CONTEÚDO DO CD-ROM

1. Diversidades Sexuais. Adolescentes e Jovens Para educação entre Pares. Saúde e Prevenção nas Escolas. Ministério da Saúde. 2010.
2. Educação e Diversidade Sexual. Ano XXI. Boletim 4. Maio de 2011. Salto para o Futuro. TV Escola.
3. Declaração Universal dos Direitos Humanos.
4. Gênero, Diversidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Guacira Lopes Louro. 1997.
5. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. SEDH, 2009.
6. Diversidade Sexual na Sala de Aula. Roberto Alves Reis. Revista Presença Pedagógica. Jan/Fev de 2009.
7. Gênero e Sexualidade na Escola: Relato de uma educadora. Cláudia Regina Ribeiro. Ciência em Tela. V. 1. Nº 1. 2008.
8. Diversidade Sexual na Escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Rogério Diniz Junqueira (Org). Ministério da Educação, 2009.
9. Gênero, Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD 4. MEC, 2007.
10. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos